

# NARRATIVA SOBRE A EFETIVAÇÃO DE UM PARQUE E ALGUMAS DE SUAS HUMANIDADES

## *NARRATIVE ON THE IMPLEMENTATION OF A PARK AND SOME OF ITS HUMANITIES*

**Claudio Eduardo de Castro (1) & Ana Maria Lopez Espinha (2)**

(1) Universidade Estadual do Maranhão

(2) CNRBMA – Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

[clanaros@yahoo.com.br](mailto:clanaros@yahoo.com.br)

### **Resumo**

O estabelecimento de uma área de proteção integral sempre implica em conflitos entre a necessidade de preservação de áreas contínuas do território para resguardar os ecossistemas constituintes, este de interesse escalar pequeno e as comunidades locais, com seus códigos sociais, identidades construídas no 'lugar' de grande escala. O Petar não foge à regra, na complexidade dos fatores encontrada neste caso, há algumas permanências que o distingue, como a manutenção de sentido de pertencimento, o estabelecimento do ecoturismo como alternativa ao convívio entre pólos dicotômicos que tomou forma mais no Ser que no âmbito econômico. Os vínculos existentes na inserção de atores externos ao processo, somados às ações empreendidas na busca de soluções cabíveis para a mutação do espaço, como o surgimento e implementação da monitoria ambiental, foram decisivos para a singularidade deste caso. Apesar de o município de Iporanga manter índices sócio-econômicos muito baixos, os envolvidos na implantação do parque obtêm hoje significância identitária, necessárias à existência de qualidade de vida que vai além dos ganhos econômicos.

**Palavras-Chave:** Conflitos Ambientais; Petar; Ecoturismo; Populações Tradicionais; Unidades de Conservação.

### **Abstract**

*The establishment of an area of integral protection always implies in conflicts between the necessity of preservation of continuous areas of the territory for protects constituent ecosystems, this of interest to scale small and the local communities, with its social codes, identities constructed in 'place' of large scale. The Petar does not run away to the rule, however in the complexity of the factors found in this case. It has some permanences that distinguish it, as maintaining a sense of belonging, the establishment of the ecoturismo as alternative to the conviviality between dicotomic polary, whose focus is the Being more that in the economic scope. The existence of the insertion of external actors to the process, added to the actions undertaken in the possible brainstorming for the mutation of the space, as the sprouting and implementation of the environmental monitoring (monitoria ambiental, in portuguese), had been decisive for the singularity of this case. Although the city of Iporanga to keep very low social-economic indices, those involved in the deployment of the park obtain identity significance today, necessary to the existence of quality of life that goes beyond the economic profits.*

**Key-Words:** Environmental Conflicts; Petar; Ecotourism; Traditional Communities; Units of Conservation.

### **Introdução**

A escolha de uma área do território, seja qual for, para se fazer dela um parque é antes de tudo resultado de uma necessidade humana que uma manifestação tácita da natureza clamando por preservação, ao menos até o momento da história da humanidade que desde o início do processo civilizatório compreende tudo que a cerca como sendo para seu uso e satisfação. O domínio humano da natureza tem uma de suas primeiras manifestações nos registros do livro escrito para os homens de fé, talvez o mais antigo e completo

registro do paradigma humano da dominação da natureza, a Bíblia. No Pentateuco, o livro da gênese unge o homem à semelhança do ente criador e designa-nos para presidir aos “peixes do mar, às aves do céu, às bestas e a todos os répteis... e vaticina cresci e multiplicai e enchei toda a terra e tende-a sujeita a vós” (Figueiredo, 1950:36-7).

A criação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) não foge à regra, mas pelos seus cinquenta anos de existência, pode esboçar fases paradigmáticas por que passou a sociedade envolvida em sua efetivação como Unidade de

Conservação (UC). Assim o que alicerça a realidade, passa pelo senso comum da ciência que é apenas a porção traduzível e visível *das teorias mutáveis e refutáveis* donde a maior parte está na porção não visível, não científica, o sustentáculo da teoria, da ciência e dos fatos, está portanto nas condições temporais, momentâneas e pouco científicas (Morin, 1996:21-22). A supremacia de uma forma concreta de fato expressa a arbitrariedade da opção que rege a sociedade no momento de sua efetivação, assim o resultado final explicita as ‘novas’ formas de se pensar o espaço, apresentando nos a revolução do olhar que Kuhn (1994) vai chamar de *Gestalt*. O que se mantém ontologicamente é a intenção precípua de uso incondicional da natureza, sem pensarmos em seus ciclos, nos recursos que se esgotam ou nos ritmos de utilização, até por que este paradigma não prevalece, nem se sabe se ele ou outro que surgirá, virá prevalecer.

Queremos neste início estabelecer que os ciclos de um determinado espaço advêm do embate no seio da sociedade que tem em suas condições materiais e sociais os requisitos para a supremacia de uma ou outra das alternativas dos fatos, a teoria que melhor aproveitar as condições prosperará e que ela depende significativa e indissociavelmente “de questões sociais e políticas mais amplas” (Chalmers, 1994:156-157). Depois de cinquenta anos, o PETAR encerra em sua história as dimensões paradigmáticas duma ciência cuja escala abarca a relação global ante a dimensão da grande escala local, passando pelas escalas intermediárias representadas por associações, organizações civis, entidades nacionais e estaduais, grupos de espeleologia, onde ora umas ora outras influenciam a efetivação do espaço da UC.

O estabelecimento do PETAR como uma parcela do território do Estado de São Paulo a ser preservada foi proposta no final da década de cinquenta do século XX e não fugiu à regra paradigmática que pensava em preservar partes da natureza para desfrute social, já que vislumbrava-se a ocupação de todos os espaços pelo apetite do avanço do progresso. Os parques eram necessários ao deleite dos que apreciavam a natureza em seu estado mais ‘puro’, onde se pudessem realizar visitas, mas que a preservação só se garantia pela decretação de uma parcela do território dedicada a isso.

Nessa fase havia a disponibilidade de áreas contínuas do território ainda sob a hegemonia da natureza, o que não impunha sua efetividade, senão a decretação simples sem, contudo, buscar-se a sua implantação. Aqui se apresentava o embate

emblemático do avanço do mercado de consumo, do progresso generoso advindo do ‘milagre econômico’, da visão tecnicista de mundo, mas que não abarcou todos os espaços-tempo do território. Este tempo, hoje nostálgico a alguns que vêm comunidades que viveram por dezenas, senão centenas de anos, em convívio com a natureza sem impactá-la ou perturbá-la severamente, não criou empecilhos à decretação do parque, uma vez que nada mudara, senão a notícia longínqua da chancela daquela porção de seu espaço recebida do governador criando o Parque, o que poderia ser tomado com certo grau de importância, mas o vazio posterior pôs no esquecimento e ignorância a questão.

O território do sul do Estado de São Paulo era conhecido por poucos, alguns representantes comerciais, trabalhadores relacionados à mineração de calcário e chumbo, motoristas que ganhavam seu sustento indo e vindo com produtos da incipiente produção mineradora e produtos do comércio. Os conflitos geradores de novas realidades pouco se desenvolveram nesta primeira fase dos cinquenta anos do parque: os tempos eram longos e o espaço vasto, onde a comunidade ainda mantinha relação técnica pouco avançada com o meio.

Os bairros, remanescentes dos quilombos, roçados, nascentes, sumidouros eram significativamente isolados, mesmo que a poucos quilômetros, criando uma identidade comunitária, dizia-se: fulano da Onça Parda, cicrano do Ivapurunduva, beltrano das Areias. As relações permeavam-se mais pela produção coletiva e familiar que pelas trocas econômicas. Estas serviam como complemento aos ritmos ligados a terra, de relevo acentuadamente inclinado, solo raso, de floresta densa com sub-bosque, repleta de abismos, dolinamentos, buracos por onde o morro engole o rio. Felipim (2000:111-119) diz que a falta de opções torna a agricultura de subsistência aliada ao extrativismo silvestre na forma de sobrevivência tradicional. A existência de um parque pouco alterou a vida local.

Nesta primeira fase ainda, vive-se a descoberta de um elemento significativo para a mudança de fase que virá ocorrer na década de 1980: as cavernas! Pelas incursões de Michel Le Bret e Pierre Martin a espeleologia nacional vai sendo gestada paralelamente às iniciativas empreendidas em Ouro Preto no seio da universidade. São estes franceses, acompanhados por moradores do vale do rio Ribeira, especialmente do que vivem no bairro Serra, que trazem à tona o universo escondido das cavidades naturais do parque. Foi com a soma de personalidades desses

dois, mais as de Joaquim Justino, Vândir, e mais tardiamente a de um mateiro feito espeleólogo, seu Didi, que a espeleologia local revelou inúmeros descobrimentos e avanços. Eles redescobriram as cavernas relatadas por Ricardo Krone (1898) durante o período de pesquisas antropológicas entre os anos de 1895 e 1906, quando desenvolveu também pesquisas paleontológicas, etnográficas, relatando um total de 41 cavernas na região, as primeiras a serem descritas no país.

O 'buraco sem fim', 'casa do demônio', morada de 'monstros' e bichos peçonhentos passou a ser conhecido e menos temido, deixam de ser de domínio dos cientistas geólogos que organizavam a exploração mineral e iniciam sua vulgarização no âmbito das comunidades. Relatos importantes sobre esta fase são elaborados no livro *Maravilhoso Brasil Subterrâneo* de Le Bret (1995), não só para o entendimento da dimensão espeleológica, mas também histórica e social.

A segunda fase de vida do PETAR gestiona-se na metade da década de 1970 e vem a iniciar sua efetivação com o final da demarcação dos limites da UC, uma década depois. Após a consolidação da Sociedade Brasileira de Espeleologia, criada pela iniciativa dos exploradores estrangeiros, grupos de exploração de cavernas formam-se no estado e fazem do bairro Serra seu porto seguro, mais precisamente, a casa de taipa de mão cedida por Vândir e sua esposa, Dona Diva. Lá os poucos grupos escrevem seus relatos em um livro que sempre esteve na prateleira da cozinha, único cômodo separado do quarto e do hall de entrada onde se empilhava a tralha daquele tempo. No limiar desta fase de convivência profícua de tempos-espaços distintos os grupos dividiram áreas de exploração e lançaram-se às buscas, aqui também os precursores dos estudos científicos no país começam a trilhar o caminho do conhecimento.

A premissa maior agora é a necessidade de implantação de uma UC de caráter preservacionista, onde a visitação deve ser ordenada, em áreas restritas. A década de 1980 distancia os tempos lentos e grandes espaços das comunidades de mais de um século vivenciando o espaço, dos tempos curtos e pequenos espaços das políticas gestadas no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Há em verdade um enfrentamento paradigmático: de um lado a necessidade da preservação e os pensamentos que virão culminar na Lei Nacional de Unidades de Conservação, ainda no ano 2000; de outro a incompreensão da mudança da política de convívio. O estabelecimento de limites remete as comunidades afetadas ao isolamento no espaço, não dispondo mais de locais outrora disponíveis à

efetivação de seu espaço e temporalidade, pois pertencem a outro, sujeito abstrato, hoje intocável. Concomitantemente há um aumento de frequência de visitantes que usam o bairro Serra e a área urbana da cidade de Iporanga como base para atividades no parque: é o emergente e promissor ecoturismo e turismo de aventura.

Os moradores vivenciam a partir desta fase, realidades advindas de uma formação contemporânea focada na cidade, influenciando na mutação das identidades alicerçadas no ciclar de algumas gerações passadas. A atribuição da categoria de preservação à territorialidade do parque é justificável pelo olhar da escala global, contrapondo-se ao de escala local. Este embate será lentamente superado no início da primeira década do século XXI, quando os benefícios econômicos e a inelutável implantação do PETAR criam novas identidades. A sociedade diretamente afetada pela limitação do espaço reage de formas as mais diversas.

É em 1976<sup>1</sup> que um trabalho de graduação visionário suscita o turismo como gerador de mutações menos degradativas às sociedades locais envolvidas na efetivação da UC. Ele tem uma visão que acompanha os rumos do ambientalismo internacional no que tange à relação preservar-conservar e o contexto social comunitário. O que antes era de posse coletiva para a subsistência, deixa de sê-lo, mas encontra significado coletivo na substituição da própria subsistência para o modelo de mercado, ou seja, a geração de renda através do turismo que usa o espaço perdido. Isso dá solução à questão do confronto da necessidade da preservação e da minimização dos efeitos das mudanças sociais aceleradas causadas nesse contexto da implantação do parque.

Este momento que dura mais de uma década vem esboçar alternativa na vertente do turismo em 1995, quando pela soma de esforços de pessoas e entidades, realiza-se o primeiro curso para formar monitores que vislumbravam o acompanhamento de grupos em visita ao PETAR. Nesse quadro de esforços, surge no bairro Serra uma primeira organização civil de interesse comunitário a ASA (Associação Serrana Ambientalista). Ela, ainda em gestação, realizou levantamento diagnóstico no bairro da Serra (ASA, 1994), que indicou que a maior fonte de renda das famílias eram os rendimentos de aposentadoria, 66%, e a parcela da população idosa perfazia 56% do total dos moradores, indicando a precariedade das permanências dos jovens e a insignificante geração de renda pelo turismo que iniciava sua escalada.

O ecoturismo foi a vertente natural para o uso turístico do parque, pela presença de atrativos naturais (caverna, cachoeiras, trilhas das mais diversas dimensões, rios, corredeira, floresta, geologia distintiva etc) e a salutar convivência das populações e a preservação da biodiversidade, também como alternativa a curto e médio prazos para a geração de renda local, segundo alguns autores (Hogan, 1999; Rodriguez, 1996; Veiga, 1998). Devenport et al. (2002) ressalta que a geração de renda advinda do ecoturismo é significativa em países em desenvolvimento que estão na faixa tropical e que o desenvolvimento deve considerar a educação, oportunidades econômicas e partilha de renda com os habitantes locais, pois estes ficaram alijados de seu modo de vida e necessitam de um olhar atento, para não se aumentar ainda mais os impactos relacionados à implantação do parque.

A relação do turismo com o ambiente natural dá-se principalmente por meio da paisagem que se transformou em produto que levam as modificações tanto no ambiente quanto na comunidade, inclusive gerando custos, tais como: degradação ambiental, injustiças econômicas, mudanças socioculturais negativas, apesar de gerar receita e empregos (Boo, 1995:34).

Para o fomento da inserção das populações locais, afetadas pela transformação dos espaços coletivos locais de uso em espaço preservado coletivo universal, Faria (2001:73-4) sugere que alguns mecanismos devem ser incentivados, como: propriedade local dos atrativos, participação local nos lucros. Nas *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, ele é tratado como sendo

*“um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.*

Essas funções são corroboradas também por Veiga (1998:182) e Adyr Balastreti Rodrigues (1996:24; 1997:28), ressaltando que deve-se implementar projetos integrados nos níveis locais envolvendo outros participantes da economia como a agricultura, a criação, a pesca, o artesanato e comércio, onde as atividades diversificadas dêem um verdadeiro dinamismo à economia local, sendo também prioritário na solução de problemas das questões fundiária e ambiental.

As argumentações quanto ao ecoturismo deságuam no Petar, com seus 35.712 ha, que situa-

se na parte alta do curso do rio Ribeira, fazendo parte da área contínua de Mata Atlântica preservada do Brasil. A sua importância foi realçada já em 1991, quando de sua incorporação pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, portanto, patrimônio da humanidade (São Paulo, 1998) e cobre os *mares de morros* dessa parte da serra de Paranapiacaba (AB´Saber, 1985:6) ajudando na manutenção da grande diversidade de espécies e alimentam os

*“...rios que hoje embelezam o lugar, mas outrora fizeram a riqueza de alguns que procuraram por ouro e o principal deles, o Ribeira, também escoou a produção local até o porto de Iguape. Estas atividades envolveram homens brancos europeus aos índios locais. O isolamento trouxe também os negros fugitivos do regime escravista. Nesta região ficaram preservados inúmeros remanescentes dos quilombos e a cultura de contato com os indígenas. A manifestação cultural se apresenta como um dos maiores patrimônios locais por meio de: a cerâmica figurativa com imagens de bonecas, galinhas, moringas zoomorfas e antropomorfas; o cipó trançado; o toque da rabeca, instrumento musical feito em madeira artesanalmente; artesanato com palha de milho; procissão na festa de Nossa Senhora do Livramento em Iporanga; a arquitetura característica; a fábrica de farinha de mandioca”* (São Paulo, 2000).

Um fator importante para a preservação do ambiente natural usado como suporte ao turismo dentro da U.C.’s é fortalecer a regulamentação e execução das diretrizes. Para tanto as discussões devem integrar ainda mais as multifaces que interagem no ecoturismo, indo desde a população afetada na localidade até o promotor do turismo, passando pelas entidades públicas ou não, os pesquisadores e cientistas, os planejadores e os usuários (Castro 2004:37).

É neste intuito que viremos apresentar nossas reflexões do contexto socioambiental da área de implantação do Petar, através da visão de autores importantes da literatura acadêmica, pesquisas de cunho qualitativo, vivência na evolução e implementação de ações locais, testemunhos e história de vida de personagens envolvidos no contexto. Orientados pela busca de técnicas as mais diversas, como a entrevista, a pesquisa bibliográfica, fontes primárias e secundárias, análise qualitativa dos discursos e vivência comunitária. Procurando sempre expressar a reflexão sobre a mutação e evolução ocorrida no espaço onde se deu a implantação de uma categoria de espaço planejado

em escalas globais, um parque, ante a existência de espaços em grandes escalas, as comunidades locais.

### **A monitoria e a deflagração do processo de mudanças pró-positivas às questões da convivência dos espaços-tempos**

No ano de 1995, preocupados com a migração dos jovens, a alteração significativa da qualidade de vida das comunidades, com a precária eficiência na gestão, conservação e manejo do parque, um somatório de pessoas e entidades realizam o primeiro curso de treinamento básico de monitores ambientais de Iporanga (Marinho et al., 1997). Nele, 16 membros da comunidade do bairro Serra e da área urbana de Iporanga receberam noções de socorrismo, geologia cárstica, pedologia, comunicação e expressão, acompanhamento de grupos em ambientes preservados, cooperativismo e associativismo.

A experiência focava-se nas necessidades de alternativas sócio-econômicas à comunidade que em pouco mais de uma década viu seu território alterado, expropriado, invadido por novos significados, culturas, produtos de consumo outrora inimagináveis. O espaço encurta-se e os tempos aceleram-se, a viola do anoitecer que sucedia o roçado, exhibe-se ao estranho que compartilha o único estabelecimento comercial que oferece além da cachaça, a cerveja gelada, tão apreciada pelos que visitam o parque, mas distante dos convivas locais, pela força do poder de compra.

Estas comunidades eram reconhecidas não pela sua relação com o espaço advinda das técnicas e formas de apropriação do espaço menos degradantes, senão reconhecidas por alguns, como Diegues (2000) que na década de 1990 vem firmar definitivamente a existência dessas sociedades e seus modos de vida, firmando o termo etnoconservação graças ao conhecimento e manejo praticados por eles. Estas comunidades foram reconhecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985, SNUC) porém nenhuma garantia mais advinha, já que suas características e especificidades não foram realizadas no texto dessa lei. Isso veio ocorrer apenas em 2007, quando o decreto presidencial 6.040 de 7 de fevereiro diz em seu parágrafo terceiro:

*...são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica,*

*utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.*

A relação do visitante com estas comunidades fortalece-se na amizade e mútuo desejo de bem estar, o que construiu a idéia de efetivação de uma alternativa que conciliasse a atratividade inerente ao parque e as atividades locais, culminando na monitoria, como o primeiro nós a ser desatado na busca da convivência do Petar com a comunidade.

Anteriormente ao surgimento da monitoria no âmbito do Petar, outra experiência nesse sentido já havia sido empreendida na busca de conciliar o universo local e as novas demandas. Na Fazenda Intervales, uma experiência fora empreendida para aprendizagem de conceitos e informações que despertassem reflexões e sensibilizasse os moradores locais que acompanhavam pesquisadores, para uma inserção maior da técnica exigida à atividade científica e ao atendimento do turismo (Leonel, 1992). Ali a realidade advinda da sociedade urbana, consolidada na ciência, depara-se com o empirismo das comunidades que produzem o espaço de maneira diversa. A busca científica da pesquisa necessita do apoio dos saberes locais, onde a relação saber-natureza dá-se com maior ênfase no convívio cotidiano com a natureza, menos que seu desvendamento pela ciência. A função buscada neste caso foi a capacitação dos 'guias' e 'mateiros' locais para melhor entendimentos das partes quanto ao objeto de pesquisa, não propriamente buscar uma melhorar nos impactos advindos do conflito entre os paradigmas consolidados nas comunidades e a nova realidade.

Com o término do curso de monitor e a inserção deles no turismo do parque, os monitores começam a ser requisitados cada vez mais pelos ecoturistas. Os ganhos advindos dos serviços prestados geram um maior dinamismo na incipiente economia local. Alguns iniciam atividades paralelas, como construção de cômodos simples para abrigar turistas, venda de produtos que satisfazem as necessidades dos visitantes, estes com hábitos focados num mundo globalizado, onde a premissa da vida é o consumo, diferentemente da localidade que tem nos produtos básicos seu maior consumo. Inicia-se uma velocidade maior nas mudanças, mas as esperanças de uma vida melhor acabam por fixar os jovens na comunidade, dadas as melhorias sociais com o advento do turismo.

A população demanda a realização de um novo curso de monitores, que realiza-se em 1998, subsidiando a proposição de um projeto amplo, abrangendo "desde o diagnóstico local à elaboração de grade curricular, valores a serem buscados, didática específica, avaliação e re-planejamento de

objetivos..., servindo assim...” (Castro, 2002:202) de norteadora das novas ações em monitoria empreendidas em localidades onde a conservação de áreas naturais intervinha de forma significativa no espaço de comunidades de ritmos focados mais nas técnicas tradicionais. Esse projeto, realizado em 2000, abrangeu os municípios de Itaoca, Apiaí, Guapiara, e bairros vizinhos ao parque, também integrantes de remanescentes de quilombos, extrativistas florestais e moradores dos núcleos mais distantes da área do Petar, contabilizando mais de cinquenta alunos.

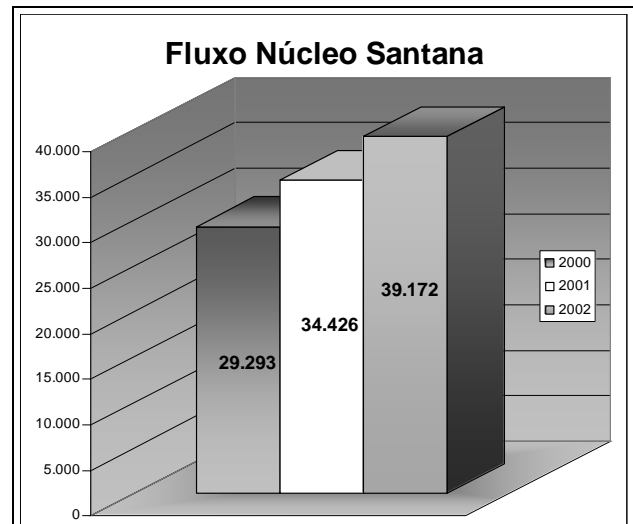
Ao observarmos o aumento do fluxo de visitantes ao núcleo Santana do parque, onde estão disponíveis maior número de atrativos, proximidade com o bairro Serra e a sede do município de Iporanga, locais que oferecem maior quantidade de serviços de hospedagem, pode-se entender a crescente demanda pela formação de monitores. Nesse período o número de visitantes cresceu a uma taxa de 75%, oferecendo e demandando oportunidades e serviços, respectivamente (Castro, 2004:80-81).

A monitoria é uma das faces das relações de mutação ocorridas no espaço geográfico, estabelecidas com a implantação do parque, envolvendo atores os mais diversos e universos simbólicos que perdem significados e, num tempo, parecem impossíveis de serem restabelecidos. Outras faces advieram da busca comunitária por novos vínculos acerdados no ambiente antes coletivamente possuído, agora utilizado por personagens de algures, visual e simbolicamente diferentes. A comunidade que se lança na busca da construção dos vínculos mutantes encontra na valoração do outrora utilitário da subsistência, uma ligação que costura a sua vestimenta: *este lugar que todo mundo qué vê é nosso... qué dizê, nossa morada, aqui a gente tá sempre nele, enquanto que os turista vem e vai embora...*<sup>2</sup>.

A identidade do pertencer ao mesmo ‘lugar’ de outrora, apesar das vicissitudes encaradas nas mudanças de funções do espaço, são um ingrediente dos mais importantes para a construção das identidades novas, com novos universos simbólicos que vão além da explicação de melhoria econômica ou social. Conforme relata Souza (2001) os territórios são construídos e desconstruídos sob um campo de forças das mais variadas escalas, que com suas complexidades definem os limites e sua alteridade, ou seja: os “eus” e os “outros”.

Desta forma o Petar imbricou complexidades que estimularam, através dos vínculos identitários reconstruídos, a inserção tão almejada da comunidade local nos novos paradigmas do

ecoturismo (Rodrigues, 1996; Veiga, 1998; Faria 2001). A iniciativa inicial dos primeiros monitores foi seguida por outros moradores, proliferando pousadas familiares, restaurantes de comida caseira, bares, mercados, agências receptivas ao turista, serviços especializados à visitação ao ecoturismo e turismo de aventura, serviço de transporte.



**Gráfico 1:** Fluxo de visitas ao núcleo Santana entre 2000 e 2003. Construído com base em informações da administração do Petar.

Podemos entender a importância dos serviços turísticos ao analisarmos a evolução dos empregos no setor de serviços e do número de pousadas do município de Iporanga. Os empregos formais que em 1991 eram apenas em número de 12 (doze), evoluíram desses 9,3% para 51,62% em 2003 (Santos, 2005) totalizando 222 (duzentos e vinte e dois) postos ocupados. Em 2006, esse número foi de 85,13% (Sead, 2007). Inexistiam pousadas no início dos anos 90 do século passado, tendo apenas duas pensões na área central da cidade de precaríssimas condições e as casas de taipa de mão cedidas por Dona Diva e Vandir aos espeleólogos, curiosos e aventureiros que já em número significativo visitavam o Petar.

Hoje encontra-se um número de 33 (trinta e três) pousadas, sendo que 25 (vinte e cinco) delas são de propriedade de moradores locais. Dessas pousadas, 17 (dezessete) estão no Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) realizado pela Estação Floresta, uma empresa que desenvolve em parceria com entidades internacionais, projeto de certificação de empreendimentos sustentáveis sob a ótica das práticas de turismo que viabilizam melhorias socioambientais em áreas de U.C. e a existência de população residente, cujos modos de vida vêm sendo alterados significativamente pelas restrições

de uso e pela alternativa turística de uso público (Espinha & Scaleante, 2008).

Nesse relatório, observou-se que em 12 (doze) meses, de maio de 2007 a abril de 2008, as 17 (dezesete) pousadas que se lançaram na busca de certificarem-se, evoluíram quanto aos aspectos diagnosticados, que foram: gestão, ambiente, sócio-cultural e econômico. Essa evolução pode ser observada no quadro abaixo.

Ainda, levantou dados do número de pessoas envolvidas, que somente em serviços de hospedagem nas 33 (trinta e três pousadas) é de 10% do total da população municipal, que é da ordem de 4.600 (quatro mil e seiscentos) moradores e que movimentaram um total de R\$ 3.300.000,00 em 2003 (op cit. p.10). Outro aspecto que merece menção é quanto às práticas ambientais.

As pousadas que não tinham práticas adequadas de gestão, educação ambiental, destino de resíduos, práticas conscientes quanto aos bens de consumo, energia, água, alimentos e higiene, foram analisadas nesse período e demonstraram a evolução acima. Uma funcionária de pousada declarou aos auditores: *“as boas práticas e o consumo consciente aprendidos durante a implementação serviram para diminuição em 30% da conta de água e energia em minha casa, sobrando dinheiro para outras coisas”* (op cit, 20).

Outros aspectos devem ser observados, como os apresentados por Santos (2005:97-115), que demonstra crescimento significativo da escolaridade nos níveis fundamental e médio,

crescimento do consumo elétrico das ligações em comércio, melhora na destinação do resíduo sólido urbano, melhorias nas condições e esgotamento sanitários e de saúde, abastecimento de água tratada, população urbana igualando-se à rural. Apesar desse quadro, Iporanga, de forma geral, ainda mostra precariedade nos serviços de saúde, diminuição pequena da taxa de mortalidade infantil que mantém-se alta, em 47 ‰. Estes índices negativos são atribuídos à precariedade da área rural do município, que não se beneficiou dos processos ocorridos no entorno do parque, afetadas pelo que foi discutido até aqui.

Nestas localidades, o abandono que veio resultar nesses índices negativos acompanhados de melhorias gerais em outros aspectos, é o resultado de políticas públicas que não acompanharam a inserção desses espaços no contexto trazido pela implementação dos paradigmas modernizantes. A necessidade de imposição da preservação de parcelas significativas dos ambientes naturais, bens comuns da humanidade, onde populações residem por tempos que vão além de várias gerações, contrapôs por um lado os interesses da articulação internacional e poderes nacionais, regionais, agentes políticos e de instituições, em defesa dessa preservação, por outro a defesa da amenização dos conflitos gerados pela alteração de significados, identidades, e universo simbólico da mudança do espaço, agora legalmente considerados de preservação, nas várias escalas sociais, e em especial nos moradores locais.

**Quadro 1:** Evolução dos empreendimentos Pousadas da área do Petar, quanto às adaptações às necessidades individuais que adequação aos serviços socioambientais sustentáveis

EVOLUÇÃO	GESTÃO	AMBIENTAL	SÓCIO CULTURAL	ECONÔMICO	TOTAL
(em %)	160,92	88,01	82,41	70,52	91,37

Fonte: Espinha & Scaleante (2008:23)

### **O convívio social ante o estabelecimento de novas significações. Considerações a cerca dos resultados da implantação do Petar e suas humanidades**

A história cinquentenária de implantação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira apresenta faces que superam as análises dicotômicas empreendidas, polarizadas nos conflitos sociais (Rodrigues, 1996; Veiga, 1998; Castro, 2002; Santos, 2005) entre o preservar e a sociedade local, ou seja, ruptura de processos sociais onde o universo de representações, cultura, simbólico, técnicas de apropriação do espaço, identidade de

lugar são bruscamente alterados pela imposição de uma nova categoria ao espaço: unidade de conservação.

As comunidades inseridas no contexto das alterações advindas da implantação do Petar inserem-se na complexidade de construção de novos significados cujos caminhos percorrem traçados que ora se orientam pelas alternativas tempos longos versus tempos curtos, grandes espaços versus pequenos espaços, ora enveredam por outros caminhos que constroem identidades relacionadas ainda ao pertencer ao lugar que polariza esses tempos-espaços dicotômicos.

Os indicativos socioeconômicos apresentados mostram que o município de Iporanga não superou índices sociais baixíssimos, onde a saúde condena crianças e idosos à morte pela precariedade dos serviços assistenciais, porcentagem de população rural elevada, onde a precariedade dos serviços agrava ainda mais a qualidade de vida. Porém, no que tange à questão dos resultados das complexidades advindas da relação parque-sociedade, outros elementos vêm se apresentar.

O universo simbólico das comunidades locais construído por sucessivas gerações não encontra na primeira e em parte da segunda fase da implantação do parque, obstáculos significativos à sua reprodução e evolução, fato que vem ocorrer após a demarcação dos limites territoriais do Petar e advento dos tempos curtos modernizantes trazidos pela emergente atividade ecoturística. Esta fase é marcada como a geradora de conflitos, onde a polarização dicotômica se estabelece, e cada um está de um lado da questão. As identidades coletivas desta fase contrapõem a visão global de patrimônio natural necessário às funções vitais dos ciclos do planeta e a de perda das territorialidades (Souza, 2001) das populações locais envolvidas.

Emergem neste caminho novos atores que antes restringiam-se aos parques pesquisadores e espeleólogos que transitavam como estrangeiros pelas brenhas da floresta em busca de satisfazer sua curiosidade científica e aventureira. São moradores de centros urbanos distantes que constroem um universo de representações vinculado ao lugar engendrado na relação natural, técnica tradicional, cultura, ritmos, saberes, simbolismos, quando as motivações de deslocamento ao parque superavam incertezas de caminhos, estradas em péssimo estado de conservação, escorregamento de massa sobre as estradas, longas caminhadas, caminhos perdidos. Com a lenta evolução nas condições de acesso, dos meios de hospedagem, nos serviços receptivos, enfim, na manutenção de espaços-tempos longos, esses atores mantiveram relação íntima com as situações conflituosas existentes.

Cabe inferir que esta relação, diferentemente de uma outra cujas referências alicerçam-se nos paradigmas modernos - com ênfase na renda como caminho da qualidade de vida, de espaço-tempo curtos - imbricou nos personagens envolvidos no surgimento da alternativa ecoturística, conseqüentemente nos visitantes. Os universos da necessidade de manutenção do espaço de preservação da territorialidade da U.C. e da territorialidade social, opostos entre si e convivendo na construção dos vínculos destes atores. Aqui quer se ressaltar a existência de pessoas ulteriores à

comunidade residente que vem carregar não só por simpatia, mas por cumplicidade identitária, simbólica, o modo de vida dos primeiros. Tal fato tem importância singular na construção da vertente ecoturística empreendida no Petar.

A relação destes atores com a comunidade, por vezes cúmplice, por outras conflituosa, dá substância às transformações inevitáveis que surgem com a ruptura causado pela implantação do parque. Como relatou em entrevista<sup>3</sup> um morador do bairro Serra: *...sê sabe, aqui era mato, nem esse caminho pra Santa existia, era só na mineração que dava pra trabalhar, e era difícil... pó, tosse... o caminho era pelo córrego, sê conhece. Hoje tá bem melhor. Conversando com o Abílio, ele disse... agente pensa que tem pessoas que ajudaram muito, antes... até que muitos turistas começaram a vim, qui nem agora que tem ônibus até a estrada, tá mudado, tem umas pessoas que pensam só nelas, tá certo, mais então, essas pessoas ajudaram, deram opinião, parecia que eles queria que desse certo, que agente fizesse uma vida melhor. No começo até as abelha eu criei, sê lembra, até foi comigo uma veis tira o mel... Ah, vô fala desse tempo, eram muitos, eles ainda vem aqui, nem tanto pra i na caverna, ficam lá no bairro, vão prô rio, sempre conversam, ajudam, dão carona, levam a gente quando precisa, agente também trata deles como um amigo daqui que mora em Itapetininga, Campinas, até outro estado....* É notória e benéfica a relação de significados atribuídos ao visitante dessa fase, como participante na construção cotidiana do que hoje podemos ler na localidade.

A significação mais representativa talvez seja a que ocorreu no sentimento de pertencer da comunidade. Apesar das relações técnicas terem se alterado, de novos desafios haverem sido empreendidos, como tornarem-se prestadores de serviços em substituição a um modo de vida focado na satisfação das necessidades básicas quase que totalmente pela produção tradicional, o sentido de que o parque pertence à comunidade é uma marca do universo simbólico. Para eles o valor dado pelos que moram fora e visitam o parque é entendido como valor do que lhes pertence, como comentado em depoimento anterior. Ao observarmos o suscitado pelo que relata depoimento acima *... até que muitos turistas começaram a vim, qui nem agora que tem ônibus até a estrada, tá mudado...* que demonstra a percepção do aumento do turismo e degradação das relações até agora construídas, as manutenções do sentimento de pertencer e ser parte são patentes.

Uma característica que desprende-se das análises é a que mostra a concepção de educação



ambiental nascida na implementação das novas identidades. Ela vem focar-se na relação direta com os recursos naturais que pertencem à sociedade, esta com os vínculos nos recursos preservados pelo parque e constituintes da identidade. Assim o acompanhamento para a o programa de certificação das pousadas-PCTS (Espinha & Scaleante, 2008) mostra que a preocupação com adequações ambientais liga-se mais ao Ser, este imbuído das características comentadas até aqui, e menos com a necessidade de se implementá-las para um ecoturismo certificado que trará maiores ganhos. Isso se reafirma na conclusão do referido relatório que nos conta que somente 3 (três) das pousadas sentem-se aptas à certificação e desejam isso, demonstrando um olhar mais no fazer lastreado no universo de significados que nos parece ter esses significados quando em verdade eles estão na certificação que trará benefícios às pousadas.

A efetivação do Petar, a grosso modo, não diferencia-se de outras realidades conflituosas de nosso tempo, apresentando ingredientes comuns em

tantos casos encontrados na literatura científica ou não no que se refere à efetivação de um parque. Sob a ótica da geração da renda e dos índices sociais poderíamos afirmar a total igualdade de condições polarizadoras que culminam na diminuição da qualidade de vida. Porém a um olhar mais atento, as complexidades mostram que as relações contextualizadas aqui, apresentam mais que a dialética das mudanças que engendram a supremacia do modernizante, onde a alternativa ecoturística é a saída menos danosa, porém, imbuída do elemento prevalecente, o moderno.

Aqui há a permanência de universos simbólicos não pela ação exterior que media os interesses comuns de escalas pequenas ante as identidades locais, em escalas grandes, como é comum acontecer, o que leva à museificação e coisificação da cultura local. O Petar é, pois, o resultado intrínseco de sua história, de sua gente que não é só comunidade local, de sua identidade, dos acordos simbólicos, enfim, a complexidade ininteligível, mas tangível na humanidade vivida.

### Referências Bibliográficas

- Ab´Saber, A. 1985, p.1-35. *O Ribeira de Iguape: uma setorização endereçada ao planejamento regional*. Boletim técnico. Sudelpa, São Paulo.
- ASA. 1994. *Levantamento sócio-econômico do bairro da Serra*. Documento interno. Associação Serrana Ambientalista, Iporanga.
- Boo, E. 1995, p.35-58. *O planejamento ecoturístico para áreas protegidas*. In: Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão. Kreg Lindberg e Donald E Hawkins (ed.). Senac, São Paulo.
- Castro, C.E. 2002. *Monitoria Ambiental – Um projeto de mão dupla*. In: Geografia, Ciência e Filosofia, Interdisciplinaridade e interfaces do conhecimento. Fuscald, W. C.; Ferreira, Y.N. (org). Londrina, Humanidades.
- Castro, C.E. 2004. *O caminho entre a percepção, o impacto no solo e as metodologias de manejo. O estudo de trilhas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – SP*. Deptº Geociências, UEL, Londrina-PR. Dissertação de mestrado.
- Chalmers, A. 1994. *A fabricação da ciência*. Unesp, São Paulo.
- Davenport, L. 2002. Et al. *Ferramentas de Ecoturismo para Parques*. In: Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos, John Terborgh et al. (org). Curitiba: Ed. da UFPR/Fund. O Boticário. p. 305-333
- Diegues, A. C. *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. Piracicaba: Nupaub / Lastrop.
- Espinha, A.M.L; Scaleante J. A. B. 2008. *Relatório Final para implementação do Programa de Certificação em Turismo Sustentável (PCTS) no destino Vale do Ribeira no período de maio de 2007 a abril de 2008*. Estação Floresta, Campinas.
- Faria, D. S.; Carneiro, K. S. 2001. *Sustentabilidade ecológica no turismo*. UNB, Brasília.

- Felipim, A.P.; Resende, U.R.; Ribeiro, R.J. 2000. *Agricultura de Pousio e Controle Ambiental*. In: Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica, Diegues, A. C. ; Viana, V.M. ( org ). Napaub/Lastrop, São Paulo.
- Figueiredo, Padre A. P. de. 1950. *Bíblia Sagrada*. Editora das Américas, São Paulo.
- Hogan, D.J. ( et all ). , 1999. p. 151-175. *Sustentabilidade no Vale do Ribeira ( SP ): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população*. In: Ambiente e Sociedade, a.2, n.3 e 4, Unicamp, Campinas.
- Krone, R. 1898. p. 477-500. *As grutas calcareas de Iporanga*. São Paulo: Revista do Museu Paulista, s/n.
- Kuhn, T. S. 1994. *A estrutura das Revoluções*. 3. ed. Perspectiva, São Paulo.
- Le Bret, M. 1995. *Maravilhoso Brasil Subterrâneo*. Trad. Campos, Tânia M. da C. E., Collet, G. C. Japi, Jundiá.
- Leonel, C. et al. 1992. *Capacitação de monitores de campo da fazenda Intervalles*. In; Anais do 2º Congresso Nacional Sobre Essências Nativas, Revista do IF, parte 4, v.4, São Paulo: IF.
- Lino, C. F. 1976. “*Vale do Ribeira: alternativa do Turismo*”. Trabalho de graduação em Arquitetura, Universidade Mackenzie, São Paulo.
- Marinho. M.A. et al. 1997. *A formação de monitores ambientais: estratégia para a conservação e o desenvolvimento sustentável junto às comunidades vizinhas ao Petar*. In: *anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba, Fundação Boticário.
- Morin, E. 1996. *Ciência com Consciência*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, A. B. 1996. *Desafio para os estudiosos de turismo*. In *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. Hucitec, São Paulo.
- Santos, J. J. 2005. O município, o patrimônio natural e a dinâmica sócioambiental no vale do Ribeira; o caso do município de Iporanga/SP. Dissertação de mestrado apresentada ao IG da Unicamp. Campinas.
- São Paulo, SMA. 1998. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Sua aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo: SMA-Terra Virgem.
- São Paulo. 2000. *Ecoturismo na Mata Atlântica, um guia interativo sobre o Vale do Ribeira*, São Paulo, SMA-IF-FF.
- SEAD, 2007. *Perfil do Município: Iporanga*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>, acessado em: 04/06/2007
- Souza, M. J. L. de. 2001. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.
- Veiga, J.E.; Rodriguez e Romão, D. A. 1998, p.169-184. *O Ecoturismo com estratégia de desenvolvimento regional* in, “*Turismo e Meio Ambiente*”, vol 3, Fábio Perdigão Vasconcelos ( org. ), Fortaleza, UECE.

**Fluxo editorial:**

Recebido em: 12.05.2008

Enviado para avaliação em: 13.05.2008

Enviado para correção aos autores em: 18.06.2008

Aprovado em: 23.06.2008

---



A *Pesquisa em Turismo e Paisagens Cársticas* é uma publicação da Seção de Espeleoturismo da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SeTur/SBE). Para submissão de artigos ou consulta aos já publicados visite:

[www.sbe.com.br/turismo.asp](http://www.sbe.com.br/turismo.asp)

---

- <sup>1</sup> Trabalho para obtenção de graduação em arquitetura de Clayton Ferreira Lino. “*Vale do Ribeira: alternativa Turismo*”. Universidade Mackenzie, São Paulo, 1976.
- <sup>2</sup> Fragmento de entrevista com monitor ambiental que prestava serviço no núcleo Santana do Petar, em 2003 por ocasião de pesquisa para dissertação de mestrado, Castro, 2004.
- <sup>3</sup> Fragmento de entrevista realizada em 2003 por ocasião de estudos sobre as representações sociais e significados simbólicos das trilhas do Petar para a comunidade e usuários para a dissertação de mestrado de Castro, 2004.